

País paga juros mas acordo de médio prazo ainda é dúvida

por Paulo Sotero
de Washington

O governo brasileiro efetivou, ontem, o pagamento de cerca de US\$ 350 milhões aos mais de setecentos credores privados do País. O dinheiro havia sido transferido na véspera, do Bank of International Settlements, na Suíça (onde o Brasil guarda suas reservas, a juros negativos, desde a decretação da moratória), para o Citicorp, à ordem dos credores. Com as transferências feitas ontem, o País saldou um total de US\$ 1,9 bilhão de juros atrasados com os bancos nas últimas cinco semanas, tendo usado US\$ 900 milhões ou quase um quarto das reservas.

O pagamento e a declaração de repúdio à moratória feita pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, na última segunda-feira, foram aplaudidos tanto pelos ban-

cos quanto pelo governo de Washington e contribuíram, pelo menos na superfície, para uma melhora da atmosfera entre o Brasil e seus credores. Provavelmente tendo em mente a Argentina, cujas reservas estão praticamente esgotadas, um alto executivo de um banco americano disse ao Washington Post que a declaração assinada por Nóbrega servirá para desencorajar países a tomar o rumo da suspensão dos pagamentos da dívida. "Eles verão a lição", afirmou o banqueiro.

Apesar do esforço de todas as partes envolvidas para apresentar publicamente o pagamento parcial dos juros de janeiro pelo governo brasileiro como um passo decisivo no processo de levantamento da moratória — e o fato de ele não estar amarrado a nenhuma contrapartida dos bancos o torna realmente diferente dos dois paga-

mentos efetuados em dezembro —, o sucesso da negociação de um acordo de reescalonamento de médio prazo da dívida não está assegurado e depende da superação de difíceis e complexas questões com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A discussão desses itens deve estender-se por várias semanas e pode criar dificuldades políticas internas consideráveis para o governo Sarney, especialmente no que se refere ao controle do déficit público.

Para os bancos, a questão central continuava a ser, até ontem, o montante de dinheiro que o Brasil pediu para refinanciar, a prazos mais folgados, uma grande parte dos juros de 1987, 1988 e 1989. Embora o governo tenha aumentado em US\$ 2 bilhões suas projeções de saldo comercial para 1988 e 1989 e tenha comunicado aos bancos que o saldo do ano passado foi melhor do que o esperado, o pedido de "dinheiro novo" do Brasil não mudou. Oficialmente, para os bancos e para a imprensa, a reivindicação — de US\$ 3,4 bilhões para 1987, US\$ 3,8 bilhões para 1988 e US\$ 4,4 bilhões para 1989 — não mudou.

O presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, que comanda a delegação de negociadores brasileiros, em Nova York, alegou aos bancos que o governo superestimou a conta de capital e que, na realidade, em 1988 contará com menos desembolsos dos organismos multilaterais e dos credores oficiais do que havia estimado.

Estranhamente, duas outras fontes categorizadas do governo brasileiro disseram a este jornal, nos últimos dias, que a verdadeira disposição do governo é demonstrar maior flexibilidade na negociação desses números e baixar o pedido. Esse item já começou a produzir dois tipos de efeito. Entre os banqueiros, as discrepâncias entre o que ouvem de Milliet e o que dizem outros porta-vozes governamentais já animam alguns executivos do comi-

tê a torcer pela saída do presidente do Banco Central (BC). "Já há gente se perguntando em voz alta, aqui, em nome de quem o Milliet está negociando", disse uma fonte bancária bem situada, procurando envenenar o clima contra o negociador brasileiro.

No governo americano, onde os rumores sobre o possível afastamento do presidente do BC foram também anotados, as discrepâncias sobre o montante do déficit do balanço de pagamentos a ser coberto por empréstimos dos bancos são vistas como uma prova a mais da necessidade do envolvimento do FMI.

O Fundo, lembram as fontes oficiais americanas, é a instituição que serve de árbitro nesse tipo de disputa e avalista do número apropriado.

O apoio que as autoridades econômicas têm prestado à equipe de Mailson Ferreira da Nóbrega, para retirar o Brasil da moratória, certamente pesará a favor do País, também, no momento da negociação com o FMI. Há limites, contudo, para a capacidade de pressão de Washington. As previsões divulgadas pelos jornais de que o déficit público está fora de controle e poderia chegar a perto de 8% do PIB no fim deste ano causam, por isso, apreensão em Washington. A meta do déficit para 1988 pode resultar de um compromisso político, notam as fontes, mas tem de ser "uma meta baseada num programa com credibilidade".

Em matéria de política econômica, no entanto, a credibilidade do governo Sarney fora do País não é maior do que a que ele desfruta hoje entre os brasileiros. Assim, por maiores que sejam, para os credores, os benefícios financeiros e políticos do levantamento da moratória brasileira, eles deverão pressionar intensamente as autoridades econômicas brasileiras a realizar cortes de despesas públicas que, se efetivadas, afetariam a própria natureza do arranjo político no qual o governo se sustenta.